

## A prisão e a escrita: desagregação e agregação em *Memórias do cárcere*

Conceição Aparecida Bento\*

**RESUMO:** A escrita autobiográfica comumente é relacionada ao tempo passado. Neste artigo, nós a pensaremos a partir de outro elemento: o espaço. Faz-se necessária, então, uma breve investigação sobre o conceito de espaço, que no texto deixa a sua caracterização de fixidez e passa ser tomado como relacional. Interessa-nos analisar como a prisão, espaço das *Memórias do cárcere* de Graciliano Ramos, tensiona com as determinações que o poder lhe impõe e, de espaço de desagregação, constitui-se em topos da articulação e inclusão não só de homens, mas também da tradição literária.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Memórias do cárcere*, prisão, escrita.

**ABSTRACT:** Autobiographical writings are normally related to past events. Our thoughts, in this article, come from another point: the space. Thus, space concept, which is disconnected from its fix character and is linked to a relational one, demands a brief investigation. Our interest lies in analyzing how the prison, the space of Ramos' *Memórias do cárcere*, deals with the determinations set by the power and the way that the disaggregation space turns into the articulation topos that include not only man, but literary tradition also.

**KEYWORDS:** *Memórias do cárcere*, prison, writing.

Os estudos autobiográficos associam-se ao tempo. Comumente caracterizada como a escrita do vivido, esses textos colocam, de início, uma remissão ao tempo. A idéia deixa de lado uma outra dimensão que, se as caracterizações pouco trabalham, a leitura desses textos não permite esquecer. O espaço, como o tempo, neles se apresenta. Poderíamos pensar o espaço a partir da escrita que “espacializa” a história de uma vida, que tenta linearizá-la; tensão

---

\* Professora doutora assistente da Universidade de Mogi das Cruzes (UMC) – Mogi das Cruzes (SP).

entre o passado vivido, o presente da escrita e da vida e o futuro da leitura. Esse, entretanto, não será o nosso intuito, embora a escrita, neste texto, seja um dos temas. Do mesmo modo, ainda que a questão seja a do espaço, não entraremos na complexa relação dos textos autobiográficos e dos espaços territoriais nacionais ou econômicos. Pensar as possíveis peculiaridades da escrita autobiográfica latino-americana, africana e europeia, nos eixos Norte e Sul, sobretudo em tempos distantes das comunicações em rede ou em espaços em que elas sejam ainda pouco expressivas, talvez não seja uma questão menos importante, mas também não é o nosso tema. Este texto dedica-se a espaço menor, mas não menos significativo, político ou poético: a relação entre o espaço da prisão e a escrita autobiográfica em *Memórias do cárcere* de Graciliano Ramos.

*Memórias do Cárcere* analisa os meses e os vários lugares de encarceramento do prisioneiro-narrador. A temporalidade – os dez meses passados na prisão – eixo dos capítulos na sucessão de episódios, dilui-se, entretanto, nas raras referências a datas e nas várias menções a um tempo vago, ainda que, por vezes, tais marcas sejam encadeadas: “Decorreu uma semana. Certa manhã” (Ramos, 1969, v.1, p.288); “[...] passou-se o dia, outros dias se passaram, quatro ou cinco talvez mais” (Ramos, 1969, v.2, p.22); “Na verdade o tempo não era o que havia sido: tornara-se confuso e lento, cheio de soluções de continuidade, e nesses hiatos vertiginosos perdia-me, escorregava [...]” (Ramos, 1969, v.1, p.38).

O espaço, no texto, sobrepõe-se à temporalidade difusa. Exceto o primeiro volume – “Viagens”, que narra o período no quartel e o trajeto para o Rio –, os demais – “Pavilhão dos primários”, “Colônia correcional”, “Casa de correção” – recebem denominações de espaços prisionais; cada livro incide sobre um cárcere, empareda um lugar e o faz continuar no outro, problematizando a idéia de um espaço fechado. E, aqui, poderíamos pensar a significativa ausência do término, tensão com o fechamento dessa materialidade; insinuação da abertura à leitura ou ainda da perpetuação das mazelas do interior da prisão no espaço

externo, nos homens anfíbios que, já na década de 1930, subiam e desciam os morros cariocas.

A prisão, em Graciliano, já nos disse Antonio Candido (2000), é metonímia do mundo. A concepção do homem encurralado e animalizado gera a idéia do mundo como prisão; o seu encarceramento, por sua vez, leva-o à prisão como um mundo. Assim, no espaço externo às grades ou dentro delas, mudam-se as barreiras, mas elas estariam em ambos os espaços: da liberdade completa ninguém desfruta, adverte-nos o narrador logo no início do texto.

O primeiro espaço de cárcere é o quartel em Recife:

na verdade, me achava num mundo bem estranho. Um quartel. Não podia arrogar-me inteira ignorância dos quartéis, mas até então eles me haviam surgido nas relações com o exterior, esforçando-se para adotar os modos e a linguagem que usávamos lá fora. Aparecia-me de chofre interiormente, indefinido, com seu rígido simbolismo, um quadro de valores que me era impossível recusar, aceitar, compreender ao menos. (Ramos, 1969, v.1, p.33)

As determinações espaciais, por vezes, entremeiam-se às manifestações cambiantes da memória que esquece minúcias. Na apresentação do quartel, a precisão de alguns detalhes mescla-se à imprecisão de outros:

A minha cama [...] ao fundo, ficava junto a uma janela aberta sobre um pátio cheio de sombras. Na parede onde o meu companheiro se encostava, uma porta fechada; em frente, uma janela, também fechada. Não sei se lavei as mãos e o rosto, esqueci pormenores, ignoro se havia água encanada ou lavatório com jarro. Uma mesinha, duas cadeiras, só. (ibidem, p.38)

A entrada no Porão de Manaus, imagem das mais impactantes na narrativa, apresenta, a partir do jogo entre luz/sombra, “escuridão branca” e “brumas leitosas”, o ambiente sórdido da imundície e prenuncia a animalização das personagens, tal qual um rebanho, agulhoadas para o interior da embarcação, instadas pelos guardas:

alcançamos o porto, descemos, segurando maletas e pacotes, alinhávamos entre filas e guardas, invadimos um navio atracado, percorremos o convés, chegamos ao escotilhão da popa, mergulhamos na escadinha. (ibidem, p.88)

Erguendo a cabeça via-me no fundo de um poço, enxergava estrelas altas, rostos curiosos, um plano inclinado, próximo onde se aglomeravam policiais e um negro continuava a dirigir-me a pistola. Era como se fôssemos gado e nos empurrassem para dentro de um banheiro carrapaticida. [...] Simples rebanho, apenas, rebanho gafento, na opinião de nossos proprietários, necessitando de creolina. Os vaqueiros, armados e fardados, se impacientavam. (ibidem, p.91)

Do navio passa-se ao “Pavilhão dos primários”, espaço que, do mesmo modo, interessa menos pela caracterização física – “salas à esquerda e à direita de vestíbulo espaçoso. Uma grade ocupava toda a largura do prédio” – do que pelas personagens que habitam o lugar. Já na apresentação inicial, vemos um desfile de personagens e os seus caracteres, e serão esses os protagonistas da narrativa em espaço de multiplicidades:

Avançamos entre duas filas de homens que, de punhos erguidos, se puseram a cantar [...] Ri-me interiormente, pensando no que me havia dito o guarda [...] “Vivem cantando e berrando como doidos” [...] Eram trinta ou quarenta pessoas. Notei um rapaz franzinho, quase nu [...]; um vigoroso, de blusa russa [...]; um negro reforçado e lento [...]. (ibidem, p.173-4)

O próximo espaço será a “Colônia correcional”, e nele continuam as imagens do curral e a importância das personagens que o habitam:

Entramos num salão estreito e escuro. Pendiam lâmpadas de teto baixo, vidros fuscos, fios incandescentes, a espalhar uma luzinha frouxa e curta: e alguns metros delas os objetos mergulhavam na sombra. Distingui duas alas de mesas compridas; eram duas, se não me engano, ladeadas por bancos. Tombei num deles, cansado. (Ramos, 1969, v.2, p.55)

Sáímos e, em linha, fomos levados ao casarão baixo. A alguns metros da porta uma grade se descerrou, e a fileira pouco a pouco mergulhou nela. O tempo se desperdiçara nas idas e vindas, nas buscas, no refeitório sombrio. Quantas horas? A falta de um relógio me desorientava. Supondo haver-mo-nos retardado ali, de pé, meio indiferentes, avançando um passo, outro passo como bichos miúdos a caminhar para uma goela de cobra; mas isso é reminiscência quase a apagar-se, neblina de sonho. (ibidem, p.55)

O último cárcere, a “Sala da capela”, secciona as personagens: divide burgueses e intelectuais e nele se reencounteram vários companheiros do “Pavilhão dos primários”. O “salão muito comprido, onde se alinhavam camas e janelas numerosas rasgavam as duas paredes externas” reenviará ao espaço anterior e, de novo, espaço e personagens se fundem, e reencontramos o caráter indeciso das lembranças:

A Colônia ia-se distanciando; a cama, a esteira, o lençol ensangüentado, a tatuagem de Gaúcho e os olhos feroces de Alfeu confundiam-se. Teriam existido? Afligi-me reconhecer lacunas em tão pouco tempo, vacilações na memória. Não me seria possível reconstituir o galpão, o refeitório, a generosidade estranha de Cubano, o estertor do vagabundo na imensa noite. (ibidem, p.184)

Os fragmentos mostram os diferentes espaços prisionais percorridos, mas igualmente revelam que, em *Memórias*, o espaço não se limita ao físico. A sua caracterização se funde às personagens. Não se deve restringi-lo a grades e muros que o delimitam; ele admite caracterizações mais amplas. No texto e em nossa leitura, ele não é apenas uma localização, área circunscrita por limites; mas abre-se, “é esse ser-fora-de-si, essa natureza enquanto ela não se relaciona ainda com ela mesma, enquanto ela não é para si” (Derrida, 1991, p.76) e, assim, possui fisionomia dialética. Não se enclausura em si, isso seria a sua negação: é no “espaçamento” que ele se constitui. É na relação que se define.

O espaçamento que os fragmentos nos apresentam é duplo. É o físico, que se prolonga na visão e na afirmação do externo, e é também o da enunciação, em que o “eu” não se nega, revela-se pelo deslocamento para o outro, os prisioneiros que com ele dividem o espaço.

Salientem-se as peculiaridades do uso que aqui se faz do termo “espaçamento”, que, nesse caso, não indica o hiato, o intervalo entre dois objetos, a interrupção entre dois tempos como, por vezes, os dicionários o definem. Tal como aqui se emprega, indica a continuação, o prolongamento de um elemento em outro, de um ser noutro ser; imagem reforçada pela idéia de implicação. A distância do significado usual do termo justifica-se, pois a constituição da palavra permite a atualização do sentido em que o tomamos. O jogo entre “es”, “ex” aponta o dado externo, o lançar-se fora de si, e o sufixo “mento”, que substantiva a ação, a torna não simplesmente um ato pontual, com início e término, mas ato em que a continuidade no outro se explicita.

Matizar a inserção da escrita autobiográfica no espaço é distanciar-se de solipsismos, por vezes, aliados a ela. O espaçamento do corpo e da escrita, formas de exteriorização do freqüentemente concebido como interioridade, impedem o “*sujet d'accéder à son 'ipséité' de coincider avec lui-même, y compris, paradoxe suprême, avec son propre corps: ils 'espacent' le corps par rapport à lui-même*”<sup>1</sup> (Regard, 2004, p.14). Nessa concepção, o sujeito assume também novos contornos. Não é pensado como mônada ou o *quid* de uma identidade, mas a partir do seu corpo aponta o mundo.

A idéia interessa-nos ao problematizar uma tradição crítica que pensa os escritos autobiográficos, sobretudo, como realidades temporais: história de uma vida e de uma personalidade. Se o espaço constitui e absorve o sujeito, o seu corpo e a sua escrita, o texto autobiográfico será também uma “geografia de si” ou uma “autotopobiografia”, em que o eu não é apenas um outro, como define Lejeune, a partir de Rimbaud, mas é também *o outro*; do mesmo modo, o espaço não é dado estático e a geografia não é apenas o espaço isolado, mas se definem na relação.

<sup>1</sup> “de alcançar a sua ‘ipseidade’ de coincidir consigo mesmo, inclusive, paradoxo supremo, com seu próprio corpo, espaçam o corpo em relação a ele mesmo”.

<sup>2</sup> “essa hierarquia, essa oposição, esse cruzamento de lugares”.

<sup>3</sup> “O lugar de uma coisa não é senão um ponto em seu movimento.”

<sup>4</sup> “lugar definido pelas relações de vizinhança entre pontos ou elementos. Formalmente, pode-se descrevê-los como séries, árvores, redes”.

<sup>5</sup> “que têm a curiosa propriedade de ser em relação com todos os outros lugares, mas de tal modo que suspendem, neutralizam ou invertem o conjunto de relações que se encontram, por eles designados, refletidos ou considerados”.

<sup>6</sup> Um outro exemplo é o cemitério: *topos* com o qual todos se relacionam, apesar da tentativa freqüente de distanciá-lo do campo de visão, de higienizá-lo das marcas da morte. Não só isso: mais ateus nos tornamos, menos acreditamos na vida pós-morte e mais necessidade temos de garantir espaço após ela, diz Foucault.

Foucault (2001, p.1572), em conferência na Tunísia, em 1967 – texto publicado apenas em 1984 – reconhece a historicidade dos espaços e alia a contemporaneidade aos espaços relacionais. Diz que a localização, “*cette hiérarchie, cette opposition, cet encroisement de lieux*”<sup>2</sup> que configurava o espaço medieval, foi substituída, com Galileu, pela extensão, “*le lieu d'une chose n'était plus q'un point dans son mouvement*”<sup>3</sup>. No final do século XIX, identifica o início de uma nova concepção: o espaço passa a ser pensado como relacional. Hoje, vivemos o “*emplacement*” definido “*par les relations de voisinage entre points ou éléments; formellement, on peut les décrire comme des séries, des arbres, des treillis*”<sup>4</sup> (ibidem, p.1574). A despeito disso, habitamos ainda representações de espaços em que a oposição se faz presente: a dessacralização teórica, proposta de Galileu, não alcançou a prática. Há, ainda, entre nós, espaços excluídos ou aqueles pretensamente aceitos, quando, na realidade, representam segregações. Foucault os explicitará como os “*qui ont la curieuse propriété d'être en rapport avec tous les autres emplacements, mais sur un mode tel qu'ils suspendent, neutralisent ou inversent l'ensemble des rapports qui se trouvent, par eux, désignés, réfléchés ou réfléchis*”<sup>5</sup> (ibidem). Assim será com a utopia, esse não-lugar, e com as “*hétérotopies*”, essas utopias realizadas no interior do sistema. “Utopias”, porque são espaços considerados fora dos outros espaços, alheios a estes últimos, quando a eles estão atrelados. A prisão é um exemplo.<sup>6</sup>

A prisão representa local de segregação, de corte das relações. Em *Memórias do cárcere*, ela não foge à regra. Tira-se o prisioneiro de seu lugar habitual, ele é desvinculado da família, dos seus afazeres, de uma lógica conhecida e esperada: “a minha vida se diluía, perdia-se além daquele imenso espaço de vinte e quatro horas. Um muro a separar-me dela, a alterar-se, a engrossar, e para cá do muro – nuvens, incongruências” (Ramos, 1969, v.1).

O julgamento, por exemplo, expectativa enunciada no terceiro capítulo do primeiro volume, só acontecerá em *Memórias do cárcere*, na inusitada comédia encenada

pelos prisioneiros cinco capítulos antes do fim do último volume:

[...] eu estava curioso de saber a argüição que armariam contra mim. Bebendo aguardente, imaginava a cara de um juiz, entretinha-me em longo diálogo, e saía-me perfeitamente, como sucede em todas as conversas interiores que arquiteto. Uma compensação: nas exteriores sempre me dou mal. (ibidem, p.14)

Nada afinal do que eu havia suposto: o interrogatório, o diálogo cheio de alçapões, alguma carta apreendida, um romance com riscos e anotações, testemunhas, sumiram-se. Não me acusavam, suprimiam-me. (Ramos, 1969, p.21)

A suposta cena, evocada no início da obra, no decorrer da narrativa é ausente. O juiz não se mostra, o prisioneiro não tem o direito a defesa, nem sabe qual a acusação que pesa sobre ele. Nos capítulos finais, a aporia se resolve na ficção. Decorridos os dez meses de cárcere, a sua ausência preenche-se na dramatização. Não é permitido sair da prisão sem o desenrolar da cena, ainda que como farsa. “Não é possível ser julgado sem defesa”, dirá um “ator”.

A ficção explícita denuncia a expectativa e aponta a dimensão da lei e do humano que a prisão não acolhe. Nesse sentido, *Memórias do cárcere* apresenta os horrores dos porões do Estado Novo e também fabula as virtualidades do humano na cena do julgamento que transcende os limites do cárcere e da escrita autobiográfica, ao apresentar a ficção como recurso para dizer o não ocorrido, mas desejado e esperado.

A ausência de julgamento isola ainda mais o prisioneiro, desconecta-o da lei exterior e das suas expectativas. A segregação, no entanto, reenvia-nos a uma tradição passada e futura e, de novo, os espaçamentos e as redes explicitam-se. A aproximação da escrita autobiográfica da cena judiciária não é arbitrária. Mathieu-Castellani (1996) afirma que ambas passam pela idéia da culpabilidade e da defesa. O paralelismo pode estreitar-se quando pensamos os textos autobiográficos em que o cárcere se apresenta

como espaço. Podemos dividi-los naqueles realizados na prisão e nos que, produzidos fora dela, abordam períodos de encarceramento; na escrita dos prisioneiros comuns e na dos políticos, ou ainda, naqueles que se colocam fora da racionalidade aceita, nas prisões-manicômios.

À primeira vista, poderíamos identificar uma objeção: a incompatibilidade entre a vigilância do espaço prisional e uma escrita que gira em torno da intimidade. A incompatibilidade não impede a realização da escrita: ao contrário, o ócio, a falta de liberdade parecem reforçar o desejo de produzi-la. Há ainda a ausência ou a arbitrariedade do julgamento; muitas vezes, elas incitam a escrita. Mathieu-Castellani (1996) refere-se à obra autobiográfica de Althusser, buscando suprir a ausência do processo que não pôde existir; no caso de Graciliano, a escrita, por razões diferentes, aponta o processo inexistente e a arbitrariedade da situação.<sup>7</sup> Nos dois casos, no entanto, a escrita tensiona com a heterotopia, com a suspensão proposta pelo espaço carcerário, pois dá visibilidade à falácia do corte das relações.

A escrita autobiográfica sobre períodos de encarceramentos possui uma tradição literária. Poderíamos citar Dostoiévski, Camilo Castelo Branco, Gramsci. Não nos interessa pensar quais obras teriam influenciado a escrita de Graciliano. Sabemos, no entanto, da constância da prisão na sua obra ficcional e do seu interesse pela leitura do criminalista Cesare Lombroso.

Conhece-se, no Brasil, obra anterior à de Graciliano sobre a prisão. *Cinco anos de prisão*. Memórias do cárcere, de Santelmo Amador (s. d.), apresenta-nos, segundo o autor, os cinco anos que passou na Casa de Detenção. Percebe-se, na leitura, um tom anedótico, bem como um pendor para a fabulação, apesar da afirmação do caráter de verdade, no início do texto, e do tom categórico na apresentação do lugar:

A Casa de Detenção do Rio de Janeiro tem alguma coisa de hospício, de hospital e de inferno, onde os presos,

<sup>7</sup> Entre nós podemos citar o caso de Austregésio Carrano Bueno (2004), que redigiu as suas várias passagens pelos hospitais psiquiátricos em *Canto dos malditos*, obra publicada pela Rocco e transposta para o cinema com o título de *Bicho de sete cabeças*.

doidos, doentes ou satânicos aguardam liberdade, condenação ou remoção penitenciária. (Amador, s. d., p.16)

Se Graciliano segue uma tradição, é resgatado em outra. Após o período da ditadura militar, encontramos, no Brasil, extensa bibliografia sobre encarceramentos e interrogatórios brutais; e nos últimos anos do século XX, uma nova leva de textos assume o espaço prisional, dessa vez com uma diferença: serão os prisioneiros comuns que, cinquenta anos após *Memórias do cárcere*, tomam a escrita para inscrever-se na história. Nos três casos – em Graciliano, no período pós-1964 e nos textos do final do século XX – há um ponto comum: os desmandos de Estados de exceção. Em Graciliano, os dos anos 1930; nos intelectuais que escreveram sobre as torturas e os exílios, os dos anos pós-1964; e nos presos comuns – com os seus textos cheios da miséria e brutalidade de uma vida sem perspectiva – os dos anos do “Milagre econômico” dos quais resultam.

Muito dessa tradição se deve às *Memórias do cárcere* de Graciliano. Em parte desses textos, sobretudo os de presos políticos, a sua obra é intertexto:

[...] começaram a surgir rumores [...] de que alguns presos seriam transferidos do Dops, e as especulações foram inundando corredor e celas [...] Quantos seriam transferidos? Quais seriam selecionados? E transferidos para onde? [...] Para a Invernada de Olaria, onde presos eram tratados como bichos, qualquer um podendo virar presunto por dá cá aquela palha? [...] E surgiam lembranças das leituras de *Memórias do Cárcere*, do mestre Graciliano, o horror que eram os porões do Pedro I. (Lago, 2001, p.35)

Se a idéia da prisão é a ruptura, a escrita faz movimento contrário. As memórias prisionais não apenas atualizam o arbítrio, mas criam, por meio de uma rede de textos, a cartografia de uma exclusão. A segregação proposta pelo espaço físico é contestada, assim, por outro espaço – o da escrita – que a ela responde ao apresentá-la àqueles fora do cárcere e ao ligar-se a uma tradição que a antecede e a continua. A continuidade é também a da crítica que toma

essa escrita como tema. Cito o trabalho de Philippe Willemart (1983) a respeito de Albertine Sarrazin, as investigações de Andrea Saad Hossne (2005) e de Marcio Seligmann-Silva (2003), a respeito da escrita produzida nas prisões a partir da década de 1980.

Na sua dimensão dialógica, a escrita prisional contesta a segregação que o espaço procura inscrever e expande a sua presença para além dos limites da prisão. Mas o espaçamento constituído por meio da escrita tomará outras direções. Relendo o texto a partir da fala de Sobral Pinto, num dos capítulos finais de *Memórias do cárcere*, encontramos a possível explicação para o encarceramento do prisioneiro-narrador: o teor dos seus romances. A causa da prisão seria a escrita, e é ela que o espaço prisional visaria coibir. Não espanta a idéia. Subjaz a ela a concepção de que a letra é subversiva e deve ser minorada. No caso de *Memórias do cárcere*, outras idéias, atreladas à escrita e possíveis causas da prisão, parecem reforçá-la; seja a atuação de Graciliano na educação alagoana, suprimindo cantoria patriótica e levando parte da população pobre para a escola, mas não sendo condescendente com ela, como atesta a reprovação da sobrinha de um militar de patente inferior.

A tentativa de supressão reverte-se, no entanto, na onipresença da escrita na narrativa e no interior da prisão. Ela atormentará o prisioneiro-narrador, que se debate entre o desejo e o não-desejo de realizá-la:

Sempre compusera lentamente: sucedia-me ficar diante da folha muitas horas, sem conseguir desvanecer a treva mental, buscando em vão agarrar algumas idéias, limpá-las, vesti-las; agora tudo piorava, findara até esse desejo de torturar-me para arrancar do interior nebuloso meia dúzia de linhas; sentia-me indiferente e murcho, incapaz de vencer uma preguiça enorme subitamente aparecida, e considerar baldos todos os esforços. (Ramos, 1969, v.1, p.65)

Necessário escrever, narrar os acontecimentos em que me embaraçava. Certo não os conseguiria desenvolver: faltava-me calma, tudo em redor me parecia insensato Evi-

dentemente a insensatez era minha: absurdo pretender relatar coisas indefinidas, o fumo e as sombras que me cercavam. Não refleti nisso. Havia me imposto uma tarefa e de qualquer modo era-me preciso realizá-la. (ibidem, p.117)

A escrita inscreve-se, ainda, nas paredes, na remissão aos comunistas que passaram por aquele espaço. O narrador observa as suas impossibilidades: está em local de difícil acesso, pressupõe uma torre humana para realizá-la e dá visibilidade aos nomes dos membros do ilegal Partido Comunista:

As paredes estavam cobertas de inscrições e desenhos; no teto oscilavam penduricalhos feitos com essas lâminas finas de metal usadas em carteiras de cigarros. No meio dos letreiros, alto, onde não chegava braço de homem, uma lista de presos, em tinta azul. Em baixo, uma data e o motivo da prisão. (Ramos, 1969, v.2, p.16)

Assim, a escrita não será apenas o corpo do texto que ela realiza; será também matéria, conteúdo da narrativa. Entremeadada às personagens, às dúvidas do prisioneiro-narrador, ela multiplica as suas manifestações. Uma delas serão anotações que ele espera usar para constituir uma narrativa futura. A escrita estará ainda, nas menções ao romance entregue ao editor, nos contos que intenta escrever, nas referências às obras dos amigos, lidas ou comentadas pelo prisioneiro-narrador na prisão, como a conhecida reflexão sobre o memorialismo em José Lins do Rego. Apesar da tentativa de proibi-la, a escrita é uma personagem.

Para nós, a escrita de Graciliano configura a tensão entre o banimento e o acolhimento no interior do cárcere. A escrita responde em *Memórias do cárcere* ao espaço que se almeja fora da relação: responde ao vazio do processo com a farsa “inventada”, responde à ruptura da vida anterior – “comecei a perceber que as minhas prerrogativas bestas de pequeno-burguês iam cessar, ou tinham cessado” – com a ligação implícita às memórias de prisão, responde à tentativa de suprimi-la com a sua onipresença.

Do ponto de vista da tradição, no entanto, nem sempre a escrita de prisioneiros foi indicativo de resistência. Estudos sobre a produção dessa escrita, no século XIX, nos mostram a sua cooptação pelo viés positivista. Lacassagne, por exemplo, médico-criminalista, seguindo as idéias de Lombroso, esse também leitura provável de Graciliano, incitava os prisioneiros sob a sua responsabilidade a produzir textos autobiográficos. O intuito, no entanto, era claro: usar a escrita como forma de inspeção; acreditava-se que ela poderia dar a conhecer e afirmar o lado patológico desses indivíduos. É um momento em que a escrita, não só no seu conteúdo, mas também na sua forma, é vista como uma ortopedia, e não é arbitrário que a grafologia surja, com aspirações científicas, no período. Ela intentava ler, nos escritos, os desvios dos sujeitos e corrigi-los com determinações sobre a forma correta de escrever. É nesse momento que a pedagogia descreve o bom modo de escrever e sentar-se; é a criação de uma ortopedia da escrita e do escrever que, no seu nascimento, se apropria da escrita prisional.

A presença da escrita em *Memórias do cárcere* ocorre ainda na alusão à escrita dos prisioneiros políticos. No “Pavilhão dos primários”, eles escrevem, lêem, estudam, cantam. Sérgio, na verdade Rafael Kamprad, russo, dá intrincadas aulas de matemática, e, por meio dele, o prisioneiro-narrador mapeia a imigração no Brasil.<sup>8</sup> Sérgio Ghioldi, secretário do Partido Comunista Argentino, nascido no Cáucaso, resume a filosofia de Hegel e “embrenhava-se em longas dissertações sobre arte grega e arte egípcia”. Tavares Bastos encarregava-se das aulas de francês; Lacerdão, das de inglês. Em ambiente de intelectuais, a convivência com os operários e os pequenos burgueses era difícil, além da rotatividade dos presos. “As figuras nos pareciam vagas, incompletas; só os caracteres mais fortes conseguiam definir-se. Comunicação difícil, quase impossível: operários e pequenos burgueses falavam línguas diferentes” (Ramos, 1969, v.1, p.213).

Se no “Pavilhão dos primários” a escrita é um dado da movimentação dos prisioneiros, na “Colônia correcional”

<sup>8</sup> “Ainda criança, perdera a família na Guerra Civil, conseguira chegar à Alemanha, onde estranhara o silêncio, a falta de tiros de canhão. Estudante de filosofia e matemática numa universidade, fugira perseguido pelo nazismo, fora terminar o curso na Estônia. Daí o expulsaram. Tinha parentes na China e no Brasil: uma avó no Rio de Janeiro, um tio em Cantão, rico em negócios de petróleo com os americanos. Optara pelo Brasil. E vivia de ensinar quando rebentara a bagunça de 1935. Previdente, desviara de casa objetos nocivos, confiara a um aluno cartas de Trotski, mas com tanta infelicidade que num instante haviam caído os papéis nas mãos da polícia” (Ramos, 1969, v.1, p.175-6).

ela escasseia, o que não se explica apenas pelo acirramento da prisão.

Encontramos, na “Colônia”, o pedido feito por alguns presos para que o prisioneiro-narrador revise os rascunhos de um relatório, a ser enviado a um deputado, sobre as condições dessa prisão. De início, o pedido é para que “bote as vírgulas e endireite os verbos”, mas o número de erros exige reescrita: “Isso não tem sentido. A correção é indispensável”, afirma o prisioneiro aos seus solicitadores. Há ainda o pedido da elaboração do discurso em homenagem ao aniversário do diretor da prisão. Os dois pedidos indicam afastamento dos prisioneiros da escrita, o que reaparecerá no desejo dos prisioneiros comuns de figurarem em livro. Sem a escrita, eles narram oralmente as suas histórias:

Gaúcho começou a procurar-me. À noite acocorava-se junto à minha esteira, ficava até a hora do silêncio a entreter-me com a narração de suas complicadas aventuras. Esforçava-me por entendê-lo, às vezes o interrompia buscando compreender alguma expressão de gíria. Vanderlino trocava-me em linguagem comum a prosa obscura, e na ausência dele a conversa arrastava-se, cheia de equívocos e repetição. (Ramos, 1969, v2, p.87)

Desprovidos da escrita alfabética, eles a tangenciam com a ironia, como na conversa em que Gaúcho explica a sua predileção pelo *Jornal do Brasil*, e no desejo de aparecerem retratados literalmente na publicação futura.<sup>9</sup> A ironia indica o distanciamento desses prisioneiros em relação aos encontrados no “Pavilhão” e, penso, remete à enunciação que evita nomear o narrador. Para Gaúcho, a fírla do pseudônimo é risível, não há por que esconder-se por trás da linguagem; ele quer ver-se retratado. Do mesmo modo, o uso do jornal como ferramenta de roubo faz rir, por deslocar o seu sentido usual. Há, nos dois episódios, a denúncia da ausência da escrita, ironia diante dos volteios do narrador para não nomear-se, e afirmação na agilidade dos que, sem saber ler, apropriam-se do suporte da leitura para outros fins, descobrindo “utilidade nova da imprensa” (ibidem, p.91).

<sup>9</sup> “– Ó Gaúcho, perguntei, você sabe que eu tenho interesse em ouvir as suas histórias?  
– Sei. Vossa mercê vai me botar num livro.  
– Quer que mude seu nome?  
– Mudar? Por quê? Eu queria que sáísse o meu retrato”. (Ramos, 1969, v.2, p.88).

Cria-se uma divisão entre os prisioneiros que se apropriam da escrita como forma de posicionar-se e aqueles que, longe desse expediente, precisam recorrer ao outro para que esse lhe dê a palavra que falta, como é o caso das narrativas orais de Cubano, Paraíba e Gaúcho que aspiram a adentrar na palavra escrita. Atente-se para a justaposição entre a carência da palavra e a anomia. Na ausência de nomes, esses aparecem associados à geografia, partilhando de uma metonímia que os identifica com o todo, sem os singularizar: “Chamava-se Cubano, tinha este apelido. Em geral, se usavam pseudônimos naquele meio: Gaúcho, Paulista, Paraíba, Moleque Quatro” (ibidem, p.71).

Observe-se que a escrita concebida como um dos motivos do confinamento – a escrita que se queria dar aos meninos dos becos de Pajuçara e a escrita dos romances do narrador-prisioneiro, seja a fala de Sobral Pinto – essa escrita, segregada pela prisão, fará frente a essa segregação ao inscrever-se de modo incisivo na narrativa, mas realizará também a denúncia da marginalização pela ausência da escrita –, sejam os episódios citados em que aqueles, à margem do poder político e econômico, aspiram chegar à letra. A subversão ocorre ao captar esses prisioneiros como personagens. A narrativa os insere não apenas como parcela esquecida, que, de modo geral, conhecemos pelas estatísticas, mas lhes dá humanidade.

Se não fossem as *Memórias do cárcere*, dificilmente conheceríamos as histórias dos presos comuns. Conheceremos Ghioldi, Berger, Prestes, que a história preserva nos seus manuais, mas não figuras como José, Paraíba, Gaúcho, Pai-João, Cubano e o menino de *Infância*. Esses são presas fáceis da truculência e, de novo, lemos Graciliano a partir de nós. Mário Lago (2001, p.60), em narrativa autobiográfica sobre um dos seus vários períodos de encarceramento, o dos anos 1960, cita a prisão, em meio aos agricultores de Capivari, do negro José Emídio de Jesus como “dos casos mais característicos da bestialidade vivida naqueles dias”. Não há justificativa para a prisão, exceto a falta de palavras para explicar-se, o desconhecimento do



seu nome e o dos filhos.<sup>10</sup> Marilena Chauí (1986) alude ao caso de Galdino, caboclo paulista, acusado de incentivo à invasão de terras. Preso, foi enviado ao asilo psiquiátrico; especialistas identificaram no seu riso tímido, no seu olhar fugidio, na pouca verbalização e no excesso de gesticalização sinais de periculosidade e de retardamento mental. Não souberam ou não quiseram ler os sinais da cultura caipira em que o desvio do olhar é sinal de respeito, o corpo é mais expressivo do que a fala e o riso é uma forma de ironizar o saber científico: “A existência de um sujeito social *incompreensível e invisível* para o conhecimento e o olhar médico foi suficiente para sua invalidação social” (Chauí, 1986, p.36). Nos dois casos, o riso tenso, confundido com a insubordinação, é a forma de expressar-se; por escolha ou não, os gestos e o corpo buscam dizer. Fabiano é a personagem da nossa literatura que melhor se aproxima de Galdino e José Emídio; como eles, preso por não dispor das palavras. Em *Memórias do cárcere*, o beato José Inácio merecerá considerações análogas:

Homem de religião, homem de fanatismo, desejando eliminar ateus, preso como inimigo da ordem. Contra-senso. Como diabo tinha ido ele parar ali? Vingança mesquinha de político da roça, denúncia absurda, provavelmente – e ali estava embrulhado um eleitor recalitrante, devoto bissonho de Padre Cícero. Com certeza havia outros inocentes, na multidão, de algumas centenas de pessoas. (Ramos, 1969, v.1, p.101)

A atualidade da situação estará no esforço higienista de limpar o espaço urbano dos moradores indesejáveis e na ânsia de sanar a má-consciência ao encontrar catalogação rápida e espaços de confinamento nessas “utopias realizáveis pelo sistema”, no dizer de Foucault.<sup>11</sup> Isso nos evidencia que os anos 1980 mudaram pouco o nosso entorno, bem como a ideologia que o envolve. Nesse período, tivemos a publicação dos diários de Carolina de Jesus (1976) e alguns poucos relatos operários, o que é pouco para configurar a aceitação da voz da maioria da popula-

<sup>10</sup> Cito parte do texto de Lago (2001, p.60): “Era tão perigoso o nosso Emídio – e a prova é que mofou cinqüenta dias no Fernando Viana – que um dia os companheiros, de brincadeira, mostraram-lhe uma fotografia de Carlos Lacerda, perguntando se sabia quem era. Riu como fazia diante de tudo que lhe mostravam. Não era bem um rir, mais um arreganhar de gengivas, que dentes já não tinha há muito tempo. E, depois de muito rir, veio a pergunta-resposta do homem que a patrulha do Exército, na Estação Engenheiro Pedreira, concluiu que fosse talvez o líder dos camponeses, o homem que conduziria a reforma agrária, que só podia estar na gare da estação à espera dos companheiros com que ia internar-se no mato e iniciar a guerrilha rural: – O Bijoli, né?”.

<sup>11</sup> Faço remissão a caso publicado no jornal *Folha de S.Paulo*, no dia 22 de maio de 2005 (p.C10), em que moradores do bairro Vila Nova Conceição, espaço com o metro mais caro da cidade, na ânsia de limpar e higienizar a

praça Pereira Coutinho, conseguiram que o poder público internasse, no Pinel, o morador de Rua Manoel Menezes da Silva. Vale a pena citar a fala do secretário municipal de Assistência e Desenvolvimento Social que conversou com o morador de rua: “Ele apresenta todas as características de uma pessoa mentalmente enferma: não trabalha, nem como carroceiro, não consegue se limpar, dorme no chão, é refratário ao uso de albergues e equipamentos municipais para alimentação e higiene”. Não se pense, no entanto, que esse pendor higienista seja recente, haja vista o processo de constituição das favelas do Rio e as remoções das favelas em São Paulo que se localizavam nas proximidades de bairros ditos nobres.

ção que ainda está bem distante dos avanços editoriais que se iniciaram na década de 1930.

O prisioneiro-narrador em *Memórias do cárcere* engloba, literariamente, os que lhe são diferentes, os Fabianos que chegaram à cidade e, assim, o estatuto político da prisão se alarga. No espaço do desvio, na utopia que se deseja “a-topia”, lugar fora do espaço, o texto denuncia as relações que se desejam suprimir, a resistência é sugerida: a narrativa engloba o desvio. Obra de um sistema que os engendra e os expulsa do seu espaço, os prisioneiros comuns estarão presentes na narrativa. O espaço da prisão não se circunscreve aos contestadores do regime de Vargas. *Memórias do cárcere* engloba aqueles que coabitam com as figuras do “Pavilhão dos primários”: advogados, médicos, psiquiatras, intelectuais.

A narrativa, nesse sentido, reafirma a sua e a nossa dimensão trágica. Na tragédia grega, o espaço da “polis” era o lugar sagrado que não poderia ser contaminado pelo miasma emanado do indivíduo. Esse devia expiar o seu erro com a morte ou o exílio. No espaço de *Memórias do cárcere*, na visão constante dos morros cariocas e dos seres anfíbios – ora no morro, ora na cadeia –, hoje ainda o nosso entorno, achamos que aquele que concebe o erro é responsável pela máquina que o gera e, ao mesmo tempo, constrói os espaços de exclusão. Nisso, desloca a responsabilidade, lança-a ao indivíduo, transfere-a do espaço coletivo para o espaço individual, e, assim, para encobrir a lógica do seu funcionamento, busca encontrar o “trágos”, o bode expiatório, e isolá-lo; mas, nesse caso, perversão suprema, ele é a consequência e não o culpado. A dimensão trágica de *Memórias do cárcere* reforça o seu caráter metonímico e a sua atualidade: sem pretender fazer obra de tese, a escrita de Graciliano ainda revela as nossas mazelas.

A tensão entre a presença e a ausência da escrita, a sua tentativa de supressão e a sua força como resposta nos parecem sugerir a visão da escrita como elemento diferenciador. Ao estabelecer o paralelo entre a história de José e a sua, o prisioneiro reforça a nossa hipótese. A contígüi-

dade entre elas, o desejo que José tem também de confessar, aqui, por meio da oralidade, de cruzar a história e a História é ainda, na perspectiva do narrador, denúncia dos percalços da ausência do alfabeto:

Era vadio e ladrão; no começo da vida a repulsa da mãe e as sovas do padrasto haviam-lhe fechado os caminhos direitos. Fugia de casa, voltava morto de fome, agüentava surras, tornava a fugir. Nem escola, nem trabalho. Com o intuito de prolongar as ausências, obtivera ganhos miúdos pondo em prática as habilidades fáceis de pivete e descuidista. Não sei como José iniciou a história, e causame espanto haver-me escolhido para confidente. [...]

O vagabundo falava manso e baixo, como num profissional e a precisão de responsabilizar a família, justificar-se a um desconhecido, trazia-me ao espírito uma dúvida. Haveria alguma semelhança entre nós? Na verdade, a minha infância não tinha sido muito melhor que a dele. Meu pai fora um violento padrasto, minha mãe parecia odiar-me, e a lembrança deles me instigava a fazer um livro a respeito da bárbara educação nordestina. [...] Débil, submisso à regra, à censura e ao castigo, acomodara-me a profissões consideradas honestas. Sem essas fracas virtudes, livre do alfabeto, nascido noutra classe, talvez me houvesse rebelado como José. (Ramos, 1969, v.2, p.169-70)

Na leitura que realizo, a narrativa parece sugerir o intercruzamento do desconhecimento da letra com a prisão. A postura ultrapassa *Memórias do cárcere* e faz-me pensar no todo da obra de Graciliano, em que a letra pode se expandir para a palavra. Das suas personagens, Fabiano alia-se aos prisioneiros comuns, ele também preso por não saber se explicar, por não encontrar as palavras; Paulo Honório situa-se no limite: possui algumas palavras, mas elas não lhe bastam para dizer a sua dor, daí o recurso à hipótese do taylorismo escritural. No caso do menino de *Infância*, o aprendizado atrelou-se à dor, mas o seu conhecimento levou-o a identificar a arrogância e a parvoíce no episódio da pronúncia da palavra “Smiles”.<sup>12</sup>

<sup>12</sup> O episódio “Samuel Smiles” é, a meu ver um, entre vários, primores de *Infância*. Inicia-se com a referência à professora, Dona Angelina, que não o corrigia quando ele tossia ou pronunciava o nome Smiles de várias formas, passa pelo conhecimento que ela, como ele, pronuncia o nome sem coerência: “presumi que, pelo menos nesse ponto, a rudeza da mulher coincidia com a minha”. Chega em seguida ao professor que o corrigiu e não se contradisse nas pronúncias seguintes: “o professor não podia comparar-se aos viventes comuns. Grave, o dedo na página, articulava: Smailes. Nas lições seguintes percebi que ele não se contradizia”. O final do episódio narra os frequentadores da venda do pai do menino a rir-se da sua pronúncia. “Ora, um dia, na loja, achava-me remoendo um jornal em voz alta [...] De repente o meu conhecido avultou no papel. Temperei a goela e exclamei: Samuel Smailes. Um dos caixeiros censurou-me a ignorância e corrigiu: Samuel Sísmiles. Outro caixeiro hesitou entre Sísmiles e Simfles. Repeti que era Smailes, e isto produziu hilaridade. [...] Cobriram-me de motejos e resolveram adotar a opinião do mulato: Samuel Sísmiles. Arriei, vencido. Mas sosseguei. Aquela vaia não me alcançava: feria pessoa sabida. Achei apoio, indaguei se as bobagens que a trinca maliciosa me atribuía eram bobagens. Cresci um pouco, esteado no homem que só me ensinou o nome de Samuel

Smiles, e me ensinou muito. Sentado no caixão, [...] ri-me dos três. Idiotas. [...] “Samuel Smiles, escritor cacete, prestou-me serviço imenso”. (Ramos, 1975, p.219, 221, 223).

<sup>13</sup> O episódio é citado quando D. Irene vai visitá-lo por ocasião da sua prisão. Rememora-se o esforço da diretora de escola em Pajuçara que em quinze dias em campanha pelo município fez a população da escola crescer de 200 para 800 crianças, 600 delas arrebanhadas nos becos mais pobres do município e que, embora vestidas com decência para a visita do interventor, levou à observação sobre a exposição das misérias.

As reflexões a respeito de José enviam-nos ao início de *Memórias do cárcere*, à atuação na instrução pública de Alagoas: a supressão do hino, “estupidez com solecismo” e a introdução nas escolas dos meninos mais pobres, escolhendo o interventor: “– Convidam-me para assistir a uma exposição de misérias”.<sup>13</sup> Na fala do interventor, na exclusão da letra dos meninos de Pajuçara reafirma-se a divisão do espaço social reproduzida no interior da prisão. A entrada na escrita seria subverter o lugar daqueles “cujo assunto não é cuidar dos ‘logoi’” (Rancière, 1995, p.84).

Ademais, não devemos reduzir a importância da escrita que lemos na obra de Graciliano a uma dimensão instrumental. Para mim, *Memórias do cárcere*, como *Infância* e a sua obra ficcional estrito senso, representam uma defesa da escrita. E não apenas uma defesa em que se projeta a ascensão ao mercado de trabalho, possuir “profissões consideradas honestas”: *Memórias do cárcere*, quicá toda obra de Graciliano, é uma defesa da escrita como um dado do humano, que nos pode levar a pensar sobre o eu, o outro, o mundo. Paulo Honório, Luís escrevem textos autobiográficos assim como o preso-narrador de *Memórias do cárcere*.

A crença na identificação letra/luz pode, no entanto, ser questionada. Nela se pode ler um quê de iluminismo ao aliar o esclarecimento ao alfabeto. Mas, em situações de barbárie tão acirradas, como aquelas em que vivemos, há que matizar a desconfiança da razão. Se aceitamos a crítica de Candido a certo liberalismo que pensa que basta construir escolas para diminuir prisões, parece que *Memórias do cárcere* deixa entrever o alfabeto como uma das molas de um distanciamento da animalização e do encurralamento do homem. No interior do horror do cárcere, a escrita, ainda que atormentada, obsoleta e difícil, inscreve-se do lado da vida: “necessário escrever, narrar os acontecimentos em que me embaraçava”. O mesmo se pode dizer do espaço externo, como nos faz supor a inserção dos meninos dos becos de Pajuçara nas escolas, sob os cuidados de Dona Jeni e do prisioneiro-narrador.

Se, no entanto, a escrita é denunciada como dado que poderia alterar a situação desses homens, como no paralelo entre o prisioneiro-narrador e José, a narrativa possui caráter disjuntivo; a escrita não se esgota nessa visão. A posse dela é elemento de angústia. O narrador-prisioneiro de *Memórias do cárcere* tem a escrita, mas isso não elimina o tormento da expressão; consegue escapar do rolo social, tem profissão considerada honesta, insere-se no mercado de trabalho, mas tomba em outras agonias, seja a dificuldade de encontrar a palavra justa, seja a de acertar-se com a narrativa; a dificuldade de escrever em meio à barbárie. A tensão que perpassa essa escrita, ainda quando ela se realiza, segundo a perspectiva do prisioneiro-narrador, sem muita reflexão, reforça que se está dentro da literatura.<sup>14</sup>

Ao trabalhar essas questões do ponto de vista da narrativa, *Memórias do cárcere* difere de estudo sociológico sobre as prisões e antecipa discussões. Na França, no início da década de 1970, mais precisamente entre os anos de 1970-1972, surge o “Grupo de Informação sobre as Prisões” (GIP) cujo intuito era dar a conhecer a prisão vista pelos prisioneiros. Composto por Foucault, Deleuze, Vidal-Naquet, Sartre, entre outros, o grupo surge a partir da proibição da existência da agremiação proletária maoísta e da retomada, pelo governo francês, de um discurso conservador. A prisão de intelectuais e estudantes traz à tona as condições dos cárceres franceses; mas, indagado em entrevista sobre o intuito do grupo, Foucault reitera: “*donner le droit à la parole à tous ces gens que l’on a en quelque sorte exclus du discours, exclus de la parole*”<sup>15</sup> (in Artières, 2003, p.67). Ainda que a idéia de Foucault seja mais abrangente do que aquela que vínhamos desenvolvendo: a “*parole*” e o “*discours*” ultrapassando a letra escrita e se insinuando para aqueles imobilizados, pelo poder, de manifestar-se; a idéia fala também dos prisioneiros comuns presentes em *Memórias do cárcere*. A voz que possuem, seja a profusão de narrativas que relatam, raramente ultrapassou os cercos da prisão. A escrita que lhes permitiria isso, mas certamente não só ela, não chegou até eles.

<sup>14</sup> “Avizinei-me dos meus troços, afastei a calça e o paletó, dobrados, cuidadosamente, abri a valise, retirei o bloco de papel e um lápis. Arrumei tudo de novo, sentei-me num caixão, pus-me a escrever à luz que vinha da escotilha. Provavelmente fiquei horas a trabalhar desordenadamente. Queria atordoar-me, sem dúvida. As letras se acavalavam, miúdas, para economizar espaço, e as entrelinhas eram tão exíguas que as emendas se tornavam difíceis. Realmente nem me lembrava de corrigir a prosa capenga. Faltava-me certeza de poder um dia aproveitá-la” (Ramos, 1969, v.1, p.117).

<sup>15</sup> “dar o direito à palavra a todos que, de certa forma, foram excluídos do discurso, excluídos da palavra”.

A prisão, entendida como lugar de exclusão, de separação dos liames que a une a outros espaços, em *Memórias do cárcere*, será literariamente reconstituída como local de ligação com outros textos e homens. O espaço textual identifica-se com o intercruzamento que não se realiza apenas na perspectiva da escrita, mas também da leitura. O texto de Graciliano, como a prisão, não é ponto, é superfície, é continuação e gerador de outros textos. Assim, a escrita sobre a prisão faz frente às determinações do espaço. Se a retenção do prisioneiro-narrador, por exemplo, procurava inibir a escrita, essa se reafirmará no interior do texto como personagem onipresente, como núcleo de uma tradição – a escrita prisional – e como posicionamento sobre as exclusões que ela pode significar, no caso dos prisioneiros comuns.

## Referências

- AMADOR, Santelmo. *Cinco anos de prisão: Memórias do cárcere*. São Paulo: Empreza Rochéa, s. d.
- ARTIÈRES, Philippe. et al. *Le Groupe d'information sur les prisons: archives d'une lutte 1970-72*. Paris: IMEC, 2003.
- BUENO, Austregésilo Carrano. *Canto dos madiltos*. São Paulo: Rocco, 2004.
- CANDIDO, Antonio. Os bichos do subterrâneo. In: \_\_\_\_\_. *Tese e antítese*. São Paulo: T. A. Queirós, 2000. p.97-118.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência*. Aspectos da cultura Popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DERRIDA, Jacques. *Margens da filosofia*. Campinas: Papirus, 1991.
- FOUCAULT, Michel. Des espaces autres. In: \_\_\_\_\_. *Dits et écrits II*, 1976-1988. Paris: Gallimard, 2001.
- HOSSNE, Andréa Saad. Autores na prisão: presidiários autores. Anotações preliminares à análise de “Memórias de um sobrevivente”. *Literatura e Sociedade*, São Paulo, DTLLC-USP, v.8, p.126-39, 2005.
- JESUS, Carolina M. de. *Quarto de despejo*. São Paulo: Edibolso, 1976.

LAGO, Mário. *Reminiscência do sol quadrado*. São Paulo: CosacNaif, 2001.

MATHIEU-CASTELANI, Gisele. *La scène judiciaire de l'autobiographie*. Paris: PUF, 1996.

RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. São Paulo: Martins, 1969. 2v.

———. *Infância*. São Paulo: Record, 1975

RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da escrita*. São Paulo: Editora 34, 1995.

REGARD, Frédéric. (Dir.) *L'autobiographie en Angleterre (XVIIe-XXe siècles): géographie du soi*. Saint-Étienne: Université de Saint-Étienne, 2000.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Violência, encarceramento, (in)justiça. *Revista de Letras*, São Paulo, Unesp, v.43, n.2, p.29-47, jul.-dez. 2003.

WILLEMART, Philippe. *Escrituras e linhas fantasmagóricas (pontuações lacanianas de um texto literário)*. São Paulo: Ática, 1983.

## Experiência autoritária e construção da identidade em *A queda para o alto*, de Herzer

Arnaldo Franco Junior\*

**RESUMO:** *A queda para o alto*, de Sandra Mara Herzer, suscita uma reflexão sobre as complexas relações que se estabelecem entre contexto e experiência autoritários, escrita autobiográfica e construção da identidade do indivíduo marginalizado. Neste artigo, pretendemos analisar as interações que se dão entre tais instâncias, e como marcam o discurso e a construção da identidade da protagonista desse relato da vida vivida dos quatorze aos dezessete anos em uma unidade da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem/SP).

**PALAVRAS-CHAVE:** Autobiografia, ficção, autoritarismo, identidade, Herzer.

**ABSTRACT:** *A queda para o alto*, by Sandra Mara Herzer, gives raise to discussions on the relations between context and experience (both authoritarians), autobiographical writing and construction of identity by marginalized subjects. In this paper, we intend to analyze the interaction among such instances and how they mark main character's discourse and identity in this tale about her life from fourteen to seventeen years old at State Foundation for Minor's Welfare of São Paulo (Febem/SP), Brazil.

**KEYWORDS:** Autobiography, fiction, authoritarianism, identity, Herzer.

### Introdução

*A queda para o alto*, misto de depoimento autobiográfico com antologia de poemas, foi um dos grandes acontecimentos editoriais do ano de 1982 e mantém-se, ainda hoje, como um sucesso de vendas, ultrapassando, atualmente, a casa da 30ª edição.

---

\* Professor assistente doutor na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), campus de São José do Rio Preto (SP).